

A formação em Serviço Social na Bahia (1965-1975) e o Movimento de Reconceituação: interlocuções

The Social Work education in Bahia (1965-1975) and the Reconceptualization Movement: interlocutions

Yasmin de Oliveira Matos Azevedo^a

 <https://orcid.org/0000-0001-6926-4037>

Resumo: O presente trabalho propõe discutir as interlocuções entre o Movimento de Reconceituação e a formação profissional em Serviço Social na Bahia (1965-1975). Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica e qualitativa. Preocupa-se em recuperar a trajetória histórica do Serviço Social na Bahia de 1965 a 1975, situando-a nos aspectos históricos, econômicos e sociais que conformaram a particularidade do estado, bem como compreender as interlocuções do material bibliográfico analisado com o Movimento de Reconceituação.

Palavras-chave: Formação profissional. Serviço Social. Bahia. Movimento de Reconceituação.

Abstract: This study aims to discuss the interactions between the Reconceptualization Movement and professional training in Social Work in Bahia (1965-1975). It is a documentary, bibliographic, and qualitative research. The study seeks to recover the historical trajectory of Social Work in Bahia from 1965 to 1975, situating it within the historical, economic, and social aspects that shaped the particularities of the state, as well as to understand the interactions of the analyzed bibliographic material with the Reconceptualization Movement.

Keywords: Professional training. Social Work. Bahia. Reconceptualization Movement.

^aUniversidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/BA, Brasil.

Recebido: 24/3/2025 ■ **Aprovado:** 21/5/2025

Editora responsável: Priscila Flório Augusto

Declaração de disponibilidade de dados: O conjunto de dados deste artigo está disponível no SciELO Dataverse da Revista Serviço Social & Sociedade, no link: [https://doi.org/10.1590/0101-6628.461.v148\(2\), e-6628461.2055](https://doi.org/10.1590/0101-6628.461.v148(2), e-6628461.2055).

Introdução

Este trabalho busca se aproximar dos fundamentos do Serviço Social e de seus elementos históricos. De acordo com Elpídio (2021), olhar a história do Serviço Social significa articular o movimento da profissão com a dinâmica da sociedade brasileira, já que esta se constitui como resposta às demandas históricas, sociais e estruturais da sociedade capitalista. Dessa forma, os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social acompanham o movimento histórico e a dinâmica da sociedade.

O trabalho é fruto da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (PPGSS/UFBA), em 2025. Teve como objetivo central analisar as interlocuções e as influências do Movimento de Reconceituação e a formação profissional em Serviço Social na Bahia no período de 1965 a 1975, tendo em vista os contextos sociais e políticos do Brasil e desse estado nessa época. O trabalho adotou como concepção de história como um processo aberto, decorrente da práxis social. Teve caráter qualitativo, bibliográfico e documental, utilizando como fonte para a coleta de dados os 74 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos pelas discentes em Serviço Social na Universidade Católica de Salvador (UCSAL), único curso do estado à época.

A exposição da pesquisa foi realizada, além desta introdução, em três tópicos. O primeiro centrou-se em expor a formação sócio-histórica da Bahia e o surgimento da escola de Serviço Social na cidade de Salvador; o segundo buscou sistematizar as discussões em torno do Movimento de Reconceituação na América Latina como um acontecimento fruto do contexto econômico, social, político e cultural que o continente vivenciava na época; e, por fim, buscou-se apresentar parte dos resultados encontrados na pesquisa realizada, evidenciando as interlocuções entre a reconceituação e a formação profissional em Serviço Social na Bahia a partir dos TCCs produzidos no período demarcado.

1. Formação sócio-histórica e Serviço Social na Bahia

O Serviço Social, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), é uma área profissional e de estudos socialmente determinada, que participa da reprodução de classes e do relacionamento contraditório entre elas no capitalismo. Destarte, para atender ao objetivo deste trabalho, torna-se necessário recuperar o cenário baiano na década de implantação da primeira escola de Serviço Social no estado, localizando autores que reconstroem a história desde o período colonial, com destaque para Oliveira (2003).

Ao contrário do centro-sul do Brasil, que se industrializou na década de 1920-1930, a Bahia enfrentou uma crise econômica no início do século XX. Até o século XVII, Bahia e Pernambuco eram os principais produtores de açúcar, mas, no século XVIII, Cuba e as Antilhas passaram a dominar o mercado internacional. De acordo com Santos (2008), a Abolição da Escravatura (1888) impactou a agricultura, que dependia do trabalho escravizado. Além disso, a produção açucareira no Recôncavo entrou em declínio devido à falta de modernização nos métodos produtivos, que permaneceram os mesmos desde o primeiro século da colonização.

Santos (2008) assegura que os poucos centros urbanos que existiam na Bahia, até a primeira metade do século XX, como Salvador, encontravam no comércio e na administração pública seus principais suportes econômicos. Boa parte da população economicamente ativa era composta por descendentes de pessoas que haviam sido escravizadas e sem acesso à educação formal. A maior parte da população, então, estava concentrada na prestação de serviços pessoais, no artesanato, em órgãos da administração estatal, na construção civil e no pequeno comércio.

De acordo com Moura (2021), nas “zonas decadentes”, como a Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, a transição do escravismo para o trabalho livre e assalariado não ocorreu com a vinda em massa de imigrantes, como em São Paulo. A estagnação do desenvolvimento econômico nessas

regiões determinou um ritmo lento de integração dos “ex-escravos” à economia. Na “economia de miséria” dessas áreas, o negro foi progressivamente inserido em atividades como agregado, meeiro, posseiro, arrendatário, banguês, e nas usinas ou unidades de produção, como a pecuária. Embora essa integração tenha ocorrido de forma marginalizada, ela não foi menos excludente, já que as condições econômicas dessas regiões eram muito precárias.

Entretanto, Almeida (2008) discute que a partir dos anos finais da década de 1940 e o início dos anos 1950, a situação econômica da Bahia e de Salvador começa a mudar. Algumas iniciativas estatais contribuíram para rápidas transformações, entre elas: a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, a implantação das atividades de extração e refino do petróleo no Recôncavo, a construção da ligação da rodovia Rio-Bahia (BR-116), a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Fazendo uma síntese do desenvolvimento desigual do capitalismo industrial em Salvador, Santos (2008, p. 55) afirma:

Enquanto o Brasil viveu uma fase simplesmente comercial, a capital do Estado da Bahia podia continuar, através de uma larga parte do país, a distribuição dos produtos recebidos pelo seu porto. Mas quando São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades se orientaram para a indústria, protegida aliás, por barreiras alfandegárias, o papel de redistribuição tornou-se insuficiente para guardar a Salvador a possibilidade de manter com sucesso as antigas correntes comerciais, principalmente porque seus meios de transporte eram deficientes e precisavam ser remodelados.

De acordo com Santos (2008), como Salvador não conseguiu se industrializar, seu nível de vida não cresceu de forma desejável, e o interior agrícola não recebeu os investimentos necessários, o que resultou no empobrecimento das áreas rurais e na migração de sua população para a capital. Com isso, o nível de vida médio da cidade tende a diminuir, devido à pressão de uma grande parcela da população que não contribui

para a produção. O crescimento populacional urbano não é fruto do dinamismo da cidade, mas da falta de desenvolvimento e de ação nas áreas ao seu redor.

Para Silveira Júnior (2021), a região Nordeste revelava uma presença maior das relações de produção pré-capitalistas, em virtude da desigualdade entre a industrialização na região no que concerne às relações de produção capitalista mais concentradas e rápidas no eixo Sul e Sudeste do país. O autor aponta que o próprio desenvolvimento desigual interno do capitalismo no Brasil fornece a explicação para a diferença do desenvolvimento capitalista entre as regiões, vinculado à emergência e ao desenvolvimento do capitalismo dependente, com inserção também desigual e atrelada aos interesses das potências econômicas imperialistas.

Silveira Júnior (2021) reitera que esse descompasso na industrialização se vincula igualmente àquele encontrado entre a emergência do Serviço Social no Nordeste e nos demais estados do país, pois enquanto as escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo surgiram na década de 1930, as do Nordeste surgem em meados dos anos 1940 e com maior expressividade na década de 1950. Ao final dos anos 1940, no contexto econômico e social descrito e, possivelmente, decorrente dele, há demanda para a criação do curso de Serviço Social na Bahia. Não há muitos dados sobre isso, sendo utilizada aqui a dissertação da professora Diva Costa (1987), que se dedicou a estudar o processo, disponibilizando seu estudo para a pesquisa.

A primeira Escola de Serviço Social da Bahia foi criada em 1944, em Salvador, por um grupo de católicos baianos como uma sociedade sem fins lucrativos. Seu idealizador e primeiro diretor foi Thales Olympio Góes de Azevedo, médico, jornalista e sociólogo, ativo na Igreja e presidente do Departamento Arquidiocesano de Ação Social. Ele contou com o apoio do professor Tolstoi de Paula Ferreira (docente da escola de Serviço Social de São Paulo), do arcebispo D. Augusto, além de D. Nadir Kfoury e D. Helena Iracy Junqueira. A escola foi fundada de forma privada, autônoma e sem vínculo formal com órgãos oficiais.

De acordo com Costa (1987, p. 19), Thales de Azevedo acreditava que a Escola de Serviço Social foi criada para enfrentar os problemas sociais no estado, demandando profissionais qualificados para oferecer uma “assistência social organizada e eficiente, com bases científicas”. Sua posição na Igreja Católica e as influências religiosas e morais do grupo à frente da escola mostram que, assim como no Sul e Sudeste do Brasil, a Escola de Serviço Social na Bahia também estava vinculada à religião católica. Segundo Carrera, Oliveira e Cruz (2021), a filiação a outras religiões ou a partidos políticos era permitida, desde que respeitasse a orientação espiritualista católica da instituição, conforme o regimento do curso.

Costa (1987) destaca a falta de professores capacitados como um dos desafios iniciais, já que não havia assistentes sociais no estado. Para suprir essa carência, Tolstoi de Paula Ferreira assumiu a responsabilidade técnica do curso, enquanto Maria Aparecida Chaib, do Serviço Social de Campinas, foi contratada para supervisioná-lo, com o apoio do Instituto Feminino da Bahia. Paralelamente, a escola enviou a baiana Marfisa Simões para concluir sua formação em São Paulo. Com seu retorno em 1946 como assistente social, foi possível dar continuidade ao curso regular de Serviço Social na Bahia.

Costa (1987) analisa um documento intitulado “Memorial”, que descreve a filiação da Escola de Serviço Social da Bahia a importantes organizações, como: a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) em Bruxelas, Bélgica, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Localmente, a escola era afiliada à Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), Seção Bahia, que acompanhava as discussões da ABESS e promovia cursos, palestras e conferências com professores especialistas de diversos estados e países. A escola participou ativamente de eventos do Serviço Social em níveis local, nacional e internacional.

A sistematização realizada por Carrera, Oliveira e Cruz (2021) do currículo revela as disciplinas vigentes entre 1945 e 1965, oriundas de

outras áreas do conhecimento, como: Sociologia, Ética Geral, Psicologia, Direito, Estatística, Economia, Cultura Religiosa e Sociologia Religiosa, Higiene e Medicina Social. Mostram-se também presentes disciplinas mais específicas do Serviço Social, como: Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo, Administração de Obras Sociais, Organização Social da Comunidade, Pesquisa Social, Ética Profissional e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

O currículo vigente demonstra a presença da influência católica na formação profissional, assim como a interlocução com o Serviço Social norte-americano, como bem aponta Costa (1987), uma mistura entre humanismo cristão e o tecnicismo científico. Assim, considerando que a Escola de Serviço Social baiana surge em 1944, compreende-se que ela já nasce rodeada por influências distintas, as quais se fazem presentes no currículo, ao conter, por exemplo, “Cultura Religiosa e Sociologia Religiosa”, ao mesmo tempo que conta com “Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Organização Social da Comunidade”.

Conforme Costa (1987), a criação da Escola de Serviço Social enfrentou resistência das famílias baianas devido à sua ligação com a pobreza e ao fato de ter majoritariamente mulheres como alunas, contrariando o papel tradicional da mulher na sociedade patriarcal. Uma entrevistada relata que as mulheres eram incentivadas a serem donas de casa ou, caso não se casassem, a ingressar em conventos ou cuidar da igreja. Além disso, estudantes de outros cursos viam a Escola de Serviço Social como uma “escola de freiras”, e seu Diretório Acadêmico, São Tomás de Aquino, teve dificuldades para se integrar à União Nacional dos Estudantes (UNE).

Segundo Costa (1987), na década de 1950, o corpo docente permaneceu fiel à proposta da ação católica, enquanto as discentes, ainda que em menor número, já questionavam e lutavam por mudanças na orientação filosófica. Uma das primeiras lutas foi pela integração do diretório acadêmico do curso à UNE. Outro fator importante foi a mudança de orientação da Ação Católica. A Juventude Universitária Católica (JUC) instrumentalizou as alunas para refletir criticamente sobre a necessidade

de mudança de orientação da escola, o que contribuiu para fortalecer os questionamentos sobre o aspecto teórico e metodológico da profissão que eclodiu nos anos 1960.

Em 1961, conforme aponta Costa (1987), a Escola de Serviço Social, que antes funcionava de forma isolada, passou a integrar a Universidade Católica de Salvador (UCSal) que nasce pela junção das escolas: Escola de Serviço Social (1944), Faculdade Católica de Direito (1956), Faculdade Católica de Filosofia (1952) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1960), sendo a segunda universidade da Bahia.

Realizada essa breve sistematização em torno do contexto sócio-histórico da Bahia e do nascimento da Escola de Serviço Social, discutimos no próximo tópico a emergência do Movimento de Reconceituação na América Latina e seus impactos sobre o Serviço Social.

2. A ebulição política e o Movimento de Reconceituação na América Latina

Durante a década de 1960, o Serviço Social da América Latina é marcado pela eclosão de uma crise no âmbito profissional sobre os rumos assumidos até o momento, desde a formação teórico-metodológica até o direcionamento político da profissão, que resulta no Movimento de Reconceituação latino-americano.

Segundo Simionatto (2021), as crises do capitalismo e as transformações ocorridas entre 1960 e 1980 influenciaram movimentos sociais. O século XX foi marcado por duas guerras mundiais, a Guerra Fria, ditaduras na América Latina e revoluções socialistas. A década de 1960 iniciou uma nova crise do capital após os “30 anos gloriosos” de prosperidade. Esse cenário gerou protestos, greves e o fortalecimento de movimentos sociais, como os do feminismo, do movimento negro, dos imigrantes, de grupos anti-imperialistas, estudantis e a organização política da classe trabalhadora.

No Brasil, a crise econômica também se expressou na gestação de uma consciência nacional-popular e de engajamento de diversas camadas sociais na luta por reformas de base, protagonizados por operários, camponeses, estudantes e intelectuais (Ammann, 2013). Portanto, esse cenário nacional, somado ao internacional, favoreceu uma intensa agitação política, inclusive entre assistentes sociais no Brasil e em toda a América Latina.

Dessa forma, para Silva (2011), a repercussão desse processo no Serviço Social pode ser pensada por duas vertentes: a conservadora e a mudancista. No âmbito conservador, o Serviço Social foi cada vez mais absorvido pelo Estado, em que o objeto de intervenção profissional se configurava nas disfunções individuais e sociais, e cujos objetivos seguem para a integração social, sem divergências entre os objetivos institucionais e profissionais. No âmbito da formação teórica, a Doutrina Social da Igreja cedeu espaço para duas correntes: psicológicas, sobretudo a psicanálise; e sociológicas, como o positivismo e o funcionalismo, em que se expressam os métodos tradicionais do Serviço Social de caso e grupo.

Quanto ao caráter mudancista, Silva (2011) aponta que apenas uma pequena parcela dos assistentes sociais adotou uma postura voltada à transformação social. Esse grupo foi influenciado pela Teologia da Libertação, que defendia a politização e mudanças estruturais. Entre 1960 e 1964, esses profissionais assumiram um compromisso com a classe trabalhadora, participando do Movimento de Educação de Base (MEB) e engajando-se em iniciativas, como alfabetização, animação popular, sindicalização e cultura popular, inspiradas em Paulo Freire. Dessa forma, surgiu uma prática profissional que questionava a ordem vigente.

É possível perceber que os debates presentes na década de 1960, em torno do subdesenvolvimento, do imperialismo, do analfabetismo, do desenvolvimento, da organização política, de reformas de bases, dentre outros, não foram alheios ao Serviço Social. Pelo contrário, profissionais e estudantes participaram ativamente desses processos, contribuindo para a eclosão do Movimento de Reconceituação.

No contexto de intensas mobilizações e politização à esquerda na América Latina e no Brasil, também ocorreram golpes militares que instauraram ditaduras em diversos países, esmagando as lutas populares. Segundo Netto (2015), esses golpes foram uma resposta contrarrevolucionária burguesa, com o apoio financeiro e político dos Estados Unidos, com o objetivo de impedir a propagação de revoluções socialistas, como a de Cuba em 1959. Fernandes (2020) vê o golpe no Brasil como a concretização da revolução burguesa, ressaltando que, em países de economia dependente, o desenvolvimento capitalista frequentemente se associa a regimes autocráticos, e não à democracia burguesa.

Segundo Silva (2011), a partir de 1965, no Cone Sul, surgiu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, que buscou responder às limitações teóricas e políticas da profissão. Esse movimento destacou a polarização em torno da mudança social, evidenciando a consciência sobre o subdesenvolvimento, a dependência e a exploração na América Latina. Netto (2015) aponta que a principal questão era a funcionalidade da profissão para superar o subdesenvolvimento, discutindo o papel dos assistentes sociais diante das manifestações da questão social, a adequação dos métodos à realidade local e a relação entre os profissionais e seus usuários.

Embora tenha promovido uma consciência crítica, o Movimento de Reconceituação não foi homogêneo, segundo Silva (2011), sendo marcado por tensões entre tendências conciliadoras, reformistas, modernizadoras e revolucionárias. As condições específicas de cada país influenciaram os rumos do movimento, determinando seus limites e possibilidades. O ponto em comum entre essas correntes foi a crítica à inadequação do Serviço Social tradicional diante da realidade latino-americana e a necessidade de sua redefinição.

No Brasil, segundo Netto (2015), o processo de ruptura com o Serviço Social tradicional se manifestou como uma renovação profissional. A renovação, para o autor, consiste em um conjunto de novas características que, durante o auge da autocracia burguesa, promoveu um rearranjo das

tradições da profissão e incorporou discussões do pensamento social contemporâneo. Esse movimento buscou legitimar a profissão, respondendo às demandas sociais e validando-se teoricamente por meio das teorias sociais. Netto (2015) destaca que o grupo de renovadores era heterogêneo, dividido entre aqueles que buscavam a atualização e a modernização da profissão e outros que queriam uma ruptura com seu passado.

Assim, renovação e reconceituação são processos diferentes. Como sinaliza Guimarães (2022), a reconceituação teve força na América Latina, num contexto de efervescência das lutas sociais no continente, com seminários realizados entre 1965 e 1975. A renovação, como sinaliza Netto (2015), diz respeito precisamente aos processos vivenciados pelo Serviço Social brasileiro, diante das implicações e das condições históricas colocadas pela ditadura empresarial-militar no período de 1964 a 1985 e, por isso, simultâneo ao tempo histórico em que se articula a reconceituação, no qual o Brasil também se insere e participa, de modo muito particular.

Netto (2015) divide a renovação do Serviço Social em três vertentes, que dizem respeito à perspectiva modernizadora, à reatualização do conservadorismo e à intenção de ruptura. A vertente modernizadora, que surgiu no Encontro de Porto Alegre em 1965, foi consolidada no Seminário de Teorização do Serviço Social, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) em 1967, em Araxá (MG), e continuada no evento de Teresópolis (RJ) em 1970. José Lucena Dantas, influenciado pelo positivismo e pelo funcionalismo, foi um dos principais intelectuais desse debate, buscando modernizar a profissão e adequá-la às exigências da autocracia burguesa.

De acordo com Netto (2015), na década de 1970, a modernização conservadora perdeu seu papel central no debate sobre o Serviço Social, embora ainda mantivesse grande influência. A nova tendência, conhecida como reatualização do conservadorismo, foi marcada pelos seminários realizados no Rio de Janeiro, em Sumaré (1978) e em Alto da Boa Vista (1984). Esses seminários, com base fenomenológica, resgataram

princípios doutrinários e apresentaram uma intervenção psicossocial no Serviço Social. No entanto, eles não tiveram a mesma repercussão que os seminários anteriores.

A última tendência enunciada por Netto (2015) é a intenção de ruptura, a qual emerge no quadro da universidade brasileira na primeira metade dos anos 1970, principalmente na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Suas formulações se embasaram nas primeiras aproximações da profissão à teoria marxista e à interlocução com outras áreas do conhecimento, aliada à perspectiva de firmar o compromisso da profissão aos interesses e às lutas das classes subalternas, sob os ecos do Movimento de Reconceituação na América Latina. Esta é a única tendência definida pelo autor que buscou o rompimento total com o Serviço Social tradicional e conservador.

3. As interlocuções entre o Movimento de Reconceituação e a formação profissional em Serviço Social na Bahia: análise a partir dos TCCs

Com vista a compreender as filiações teórico-metodológicas presentes no curso de Serviço Social na Bahia durante o período do Movimento de Reconceituação (1965-1975), foi feito o levantamento dos referenciais bibliográficos utilizados nos 74 TCCs escritos no período demarcado, por considerar que a escolha das estudantes em torno dos referenciais demonstra as influências que estavam presentes na formação profissional da Bahia. O intuito é observar se os(as) autores(as) da reconceituação estiveram presentes.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos entre 1965 e 1975 na Bahia indicam que os autores da renovação profissional foram as principais referências teóricas na formação profissional. Autores como Balbina Ottoni Vieira e José Lucena Dantas (este com maior presença na década de 1970) foram amplamente citados, com suas discussões sobre

teoria e metodologia do Serviço Social. Esses autores estavam alinhados à tendência da modernização conservadora, conforme apontado por Netto (2015). Além disso, publicações do CBCISS e os documentos de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) também foram bastante mencionados, reforçando a modernização conservadora. Em relação à tendência da reatualização do conservadorismo, somente dois trabalhos citaram Ana Augusta de Almeida, sua principal precursora, sugerindo que essa linha de base fenomenológica não teve grande expressão na formação do Serviço Social baiano.

Os TCCs analisados entre 1965 e 1975 também revelam a presença de autores e autoras mais tradicionais do Serviço Social. Entre eles, destacam-se Hamilton Gordon, assistente social norte-americana, que abordava o Serviço Social de casos, e Gisela Konopka, de origem alemã, com trabalhos centralizados no Serviço Social de grupos, uma abordagem bastante frequente nos TCCs da década de 1970. Simone Paré, assistente social canadense-francesa, também aparece em menor frequência, principalmente no debate sobre o Serviço Social de grupos, sendo identificada por Scheffer, Closs e Zacarias (2018) como aliada ao debate da esquerda católica, ao lado de Ernani Fiori e Paulo Freire. Annette Garrett, outra assistente social norte-americana, é amplamente citada por seu trabalho sobre a entrevista e seus métodos. Além das influências norte-americanas e europeias, também se destacam autores históricos do Serviço Social brasileiro, como Nadir Kfoury, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que teve obras sobre o Serviço Social de casos citadas nos TCCs.

Apesar da maior presença de nomes da renovação conservadora nos TCCs, também é possível encontrar trabalhos que mencionam autores da reconceituação, como Ander-Egg, com a publicação de *Metodologia y práctica del desarrollo de la comunidad*, da editora Humanitas, de Buenos Aires; Natalio Kisnerman, com a publicação de *Serviço Social pueblo*; Seno Cornely, com a publicação de *A contribuição do Serviço Social na definição e fixação da política regional*; Paulo Freire, com as

obras *Conscientização e alfabetização*, *Estudos Universitários: Revista de Cultura*, de Recife, e *Educação como prática da liberdade*; e Vicente de Paula Faleiros, com a publicação de *Metodologia científica do Serviço Social*, de 1970.

Durante o período da ditadura empresarial-militar, especialmente após a imposição do Ato Institucional (AI) n. 5 em 1968, o acesso aos autores da reconceituação latino-americana foi dificultado pela censura, como aponta Silveira Júnior (2022). A intelectual Iamamoto, em sua participação no XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) em 2024, mencionou como essa censura afastou o Brasil de pensadores latino-americanos, destacando a obra *Serviço Social pueblo*, de Natalio Kisnerman (1972), que só foi republicada como *Sete ensaios sobre Serviço Social* pela Cortez Editora em 1978. Diante disso, é compreensível que a influência desses autores na formação profissional brasileira tenha sido limitada durante a ditadura, e na Bahia ocorreu também um reflexo dessa restrição.

Não é possível encontrar indícios de aproximação, recepção ou repercussão imediata do grupo de profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte; de trabalhos desenvolvidos entre 1972 e 1975, conhecidos como o Método de Belo Horizonte, apontado por Netto (2015) como o movimento da intenção de ruptura; com as aproximações críticas aos métodos tradicionais das abordagens técnico-operativas.

Como a maior parte dos TCCs analisados se refere às experiências de desenvolvimento de comunidade, os referenciais teóricos da discussão também se mostram presentes. Evidenciaram-se publicações na língua espanhola, como o trabalho do sociólogo uruguaio Aldo E. Solari, um dos intelectuais integrantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); de Ricardo Pozas Arciniega, um antropólogo mexicano e indigenista; o nome de Manfred Max-Neef, um economista e ambientalista chileno; e de A. N. Agarwala e S. P. Singh, com a obra *A economia do subdesenvolvimento*.

No âmbito do Serviço Social brasileiro sobre o desenvolvimento de comunidade, destacam-se nomes como Maria Lúcia de Carvalho, professora da PUC de São Paulo que, conforme menciona Costa (1987), forneceu um curso de capacitação para as docentes da escola baiana sobre o desenvolvimento de comunidade, já na década de 1960, além de ter contribuído para o Movimento de Reconceituação, como afirma Silva *et al.* (2006)-2016; também estava presente a professora Helena Iracy Junqueira, uma das pioneiras do Serviço Social em São Paulo; assim como o professor Francisco de Paula Ferreira, igualmente mencionado em muitos trabalhos sobre comunidades; e, por fim, Ivany Lopes Rodrigues, Esmeralda de Goés Teixeira e Maria Luiza Guidi. Estiveram ainda presentes referências norte-americanas no tema desenvolvimento de comunidade, como Murray G. Ross, Arthur Hillman e William W. Biddle.

Por fim, notam-se referências de anais de Conferências Internacionais do Serviço Social, elencando como tema central o desenvolvimento de comunidade; seminários realizados pela Sudene sobre desenvolvimento e organização da comunidade; congressos brasileiros de Serviço Social e publicações da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em torno da temática. Além de referências do Serviço Social e de desenvolvimento de comunidade, foram encontrados autores preocupados em compreender a formação social do Brasil. Foram citados os intelectuais que se aproximam da teoria crítica marxista, como Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro e Nelson Werneck Sodré. No âmbito internacional, encontram-se autores também próximos ao marxismo, como Oskar Lange (economista polonês) e Yves Lacoste, um geógrafo francês.

Diante da influência desenvolvimentista, o debate em torno do subdesenvolvimentismo esteve muito forte na década de 1960, com diferentes linhas de análise sobre as causas do subdesenvolvimento econômico da América Latina. Abreu (2002) aponta como o Serviço Social foi demandado nesse cenário, como a profissão responsável por conduzir a participação da população no desenvolvimento econômico, através da

integração social, assumindo seu objetivo profissional de gerar o bem-estar coletivo e superar o “atraso”. Por isso, os debates acerca do subdesenvolvimento se revelam nos referenciais teóricos adotados nos TCCs.

Publicações como *Sociologia e desenvolvimento*, de Costa Pinto; *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*, de Myrdal; e *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, de André Gunder Frank, abordam o subdesenvolvimento estrutural na América Latina. Em contraste, Celso Furtado, frequentemente citado nos TCCs, via o subdesenvolvimento como resultado da falta de industrialização e de planejamento governamental. Sua teoria, relacionada ao desenvolvimento de comunidades, teve grande influência na formação profissional para compreender o subdesenvolvimento no Brasil.

Destaque especial para duas referências observadas que citam Charles Bettelheim, economista e historiador francês marxista. Na referência que menciona o nome desse autor, encontra-se a menção de um “Seminário de Condições Sociais para o Desenvolvimento”, realizado na Escola de Serviço Social da Bahia, em 1969, o que pode indicar a presença desse intelectual na escola. Contudo, sem um registro oficial documentado ou o relato através de entrevistas, torna-se difícil afirmar de forma categórica.

Além de sociólogos, geógrafos e economistas, também são citados nas referências estudadas nomes da antropologia, como Thales de Azevedo, um dos fundadores da escola baiana, na publicação *Ensaios de antropologia social*, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1959; Felix Keesing, com *Antropologia cultural: as ciências dos costumes*; e Ralph Linton, com a publicação *O homem: uma introdução à antropologia*. Também muito mencionado é Donald Pierson, o sociólogo norte-americano que promoveu estudos das relações raciais em Salvador e contribuiu para a defesa da denominada democracia racial no Brasil, e foi um intelectual muito adotado por Thales de Azevedo para a construção da sua obra *As elites de cor*, publicada na década de 1950, conforme aponta Maio (2017), dedicada a compreender as relações raciais em

Salvador (BA). Apesar dessas referências, o debate racial esteve ausente nas elaborações dos TCCs.

Da mesma forma, são feitas muitas referências a autores(as) da psicologia, sobretudo a psicologia social, como Jean Stoetzel, Solomon Asch, Otto Klineberg, dentre outros; além da presença da psicanálise em alguns trabalhos, a partir de Freud. Diante do interesse em contribuir para a motivação da população, um aspecto subjetivo, mas também social, compreende-se a necessidade de aproximação com autores da psicologia social. Ademais, é muito citado George M. Beal com a publicação *Liderança e dinâmica de grupo*.

É possível perceber a aproximação com teóricos preocupados em pensar o Nordeste e a Bahia, como Josué de Castro, na obra *Geografia da fome*, publicações feitas pelo Banco do Nordeste do Brasil e pela Sudene. No âmbito da educação, além de Paulo Freire, também estiveram presentes as publicações de Anísio Teixeira, importante intelectual da educação pública no Brasil. Por fim, observam-se nomes importantes da Igreja Católica associados ao humanismo cristão, o qual exerceu enorme influência na formação profissional do Serviço Social, como Jacques Maritain e o padre francês Lebreton. Mostram-se presentes também publicações mais tradicionais da Igreja, como encíclicas papais sobre a família, casamento e cristianismo.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) no Serviço Social refletem a diversidade teórica da profissão, incorporando autores de diversas áreas, como sociologia, economia, geografia, antropologia, psicologia e teologia. Essa pluralidade demonstra a intensidade dos debates da época e o diálogo interdisciplinar presente tanto na formação quanto na prática profissional. Era comum que um mesmo TCC combinasse diferentes bases teórico-metodológicas, citando autores como Ander-Egg, Natalio Kisnerman, Balbina Ottoni Vieira e Gisela Konopka, além de referências a encíclicas papais e a intelectuais como Octavio Ianni e Darcy Ribeiro.

A tese de Netto (2015) aponta que, devido ao autoritarismo e à censura da ditadura militar, o Movimento de Reconceitualização latino-americano,

com seu caráter progressista, teve um impacto mais tardio no Serviço Social brasileiro. Assim, segundo ele, no contexto nacional, o movimento se concentrou em uma renovação profissional com uma lógica de modernização conservadora imposta pelos governos ditatoriais. Em nossa análise, detectamos que as referências nos 74 TCCs indicam que a reconceituação não teve grande presença na formação profissional da Bahia, sendo mencionada em apenas 13 trabalhos. Detectamos a influência mais forte de autores da renovação profissional, identificados em praticamente todas as produções, mesmo nas que citam autores da reconceituação. Concluimos nesses achados que a tese de Netto (2015) é corroborada.

Considerações finais

Este trabalho teve como objeto de estudo as interlocuções entre o Movimento de Reconceituação e a formação profissional em Serviço Social na Bahia, no período de 1965 a 1975. O objetivo foi analisar a presença do debate da reconceituação e suas influências na formação profissional, a partir dos TCCs produzidos nesse período. Para isso, o estudo se baseou na compreensão histórica do Serviço Social no Brasil, considerando seu contexto histórico, econômico, político e social na Bahia. A análise procurou oferecer uma visão da questão social na região, suas manifestações, e como essas demandas influenciaram a atuação e a formação dos assistentes sociais.

Analisando os principais referenciais teóricos da época, é possível identificar um grande ecletismo, característico do movimento histórico da profissão no período, permeado por diferentes influências teóricas.

A hipótese levantada nos estudos preliminares sugeria que o Movimento de Reconceituação teve pouca expressividade na formação profissional baiana entre 1965 e 1975 (Azevedo, 2022). A pesquisa empírica realizada nos TCCs, ainda que limitada, mostra que a principal influência no curso baiano foi a modernização conservadora, marcada pela renovação

profissional. No entanto, não podemos afirmar categoricamente que a reconceituação não esteve presente na formação, embora sua influência nos pareceu abafada pelo contexto de domínio da autocracia burguesa. Isso aponta a necessidade de uma compreensão mais profunda sobre essa articulação, especialmente considerando os limites da análise a partir da fonte documental utilizada na pesquisa, indicando, inclusive, a necessidade de aprofundar o debate sobre a relação reconceituação e renovação, temas para novas pesquisas.

Portanto, ao investigar o período histórico demarcado (1965-1975), teve-se como intenção compreender as influências dos temas da reconceituação na formação profissional baiana. Contudo, compreendemos que no Brasil o caráter crítico ganha maior expressividade no período posterior a 1975, a partir da redemocratização, com a tendência da intenção de ruptura. Entende-se que a intenção de ruptura fez parte do debate da reconceituação, mas a reconceituação foi continental e anterior a ela. Neste trabalho, buscou-se investigar, então, a reconceituação e não a intenção de ruptura.

A análise aqui realizada parte de uma amostra específica, a partir de critérios típicos de delimitação diante dos limites próprios de uma pesquisa de mestrado. Portanto, as considerações aqui possíveis de serem feitas são introdutórias e preliminares, assumidas como pontos possíveis de análises e aprofundamento. Torna-se necessária a continuidade de pesquisas e reflexões em torno da temática, com possibilidades de expansão da amostra para suscitar e ampliar novas análises.

Referências

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ALMEIDA, P. H. A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (org.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: EDUFBA, 2008.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

AZEVEDO, Y. O. M. A formação profissional em Serviço Social na Bahia (1961-1969). TCC apresentado na Universidade Federal da Bahia, 2022.

CARRERA, G. O.; OLIVEIRA, I. P. F.; CRUZ, A. C. Percurso histórico da criação da escola de Serviço Social da Bahia. In: SILVEIRA JÚNIOR, A. A. *A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste*. Curitiba: CRV, 2021.

CARVALHO, E. *A cidade do capital e outros estudos*. Salvador: Arcádia, 2012.

COSTA, D. S. *Estudos preliminares para avaliação do currículo da escola de Serviço Social*. 1987. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987.

ELPIDIO, M. H. Preparando a “Virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação profissional do Serviço Social brasileiro. In: IAMAMOTO, M. V. *A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kottet Editorial; São Paulo: Contracorrente, 2020.

GUIMARÃES, M. C. R. Movimentos e lutas sociais na formação contemporânea em Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, ano 22, n. 44, p. 59-74, jul./dez. 2022.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

MAIO, M. C. As elites de cor: Thales de Azevedo e o Projeto Unesco de Relações Raciais no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, n. 10, maio/ago. 2017.

MOURA, C. *O negro: do bom escravo ao mau cidadão*. São Paulo: Dandara, 2021.

NETTO, J. P. *Didatura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

OLIVEIRA, F. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, R. M. F. *Política educacional e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

SANTOS, M. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Salvador: EDUFBA, 2008.

SCHEFFER, G.; CLOSS, T. T.; ZACARIAS, I. R. Antecedentes da reconceituação latino-americana na Escola de Porto Alegre-RS. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 67-80, jan./jul. 2018.

SILVA, A. A.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. A.; PAZ, R. D. O. Homenagem a Maria Lúcia Carvalho da Silva: assistente social, docente e amiga querida. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 609-611, set./dez. 2016.

SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. *A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste*. Curitiba: CRV, 2021.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. *O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940-1980)*. Curitiba: CRV, 2022.

SIMIONATTO, I. Prefácio. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (org.). *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

Sobre a autora

YASMIN DE OLIVEIRA MATOS AZEVEDO – Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora substituta de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia.

E-mail: yasmin.17aze@gmail.com